

PUBLICAÇÕES EDIPUCRS

- CLEMENTE, Elvo & BARBOSA, Eni. **Carlos Santos: uma biografia.** 1994, 126p. Co-edição EDIPUCRS/IEL. A obra registra com precisão histórica a trajetória deste magnífico homem público, desde menino, no estaleiro que lhe temperou a carne, na família, que prezou ao sacrifício; na política, onde brilhou como administrador, legislador e tribuno e, emérito; em sua religião, enfim. A mesma é abrangente e enfoca, quase à exaustão, a vida deste homem que serviu e deve se constituir em exemplo para as gerações futuras.
- CLEMENTE, Elvo. **Leitura & Crítica Literária.** 1990, 185p. Coletânea de ensaios do autor abordando a teoria e a prática da crítica literária. Co-edição EDIPUCRS/Livraria Editora Acadêmica Ltda.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 PORTO ALEGRE - RS
BRASIL
Fone:(051) 339-1511 - Ramal 3323
FAX: (051) 339-1564

A INTENÇÃO E UM PASSO EM FALSO

WILTON JOSÉ MARQUES

para Teresa & Fernando,
pela camaradagem.

O escritor 'engajado' sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar. Ele abandona o sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da Sociedade e da condição humana. (Jean-Paul Sartre)¹

Essas palavras do filósofo francês Jean-Paul Sartre, usadas aqui como epígrafe, talvez sirvam bem ao propósito desde ensaio, dando-lhe – inclusive – o suporte teórico necessário às questões que tenciono levantar em torno de uma pequena passagem da *História da literatura brasileira*, um manuscrito inédito do escritor comunista Astrojildo Pereira (1890-1965). A orientação dogmática que permeia os rumos dessa história literária pode, e muito, contribuir para a compreensão de um determinado momento histórico em que as acaloradas discussões ideológicas quase sempre se corporificavam, enquanto entidades legitimadoras, nas diversas produções intelectuais que marcaram o país nas décadas de 40 e 50.

O presente texto intenta, nesse sentido, mostrar que, ao se apoiar num olhar demasiadamente enviesado à esquerda, Astrojildo Pereira pode ter cometido alguns deslizes no afã de pôr em prática um modo "engajado" que norteasse o processo de construção da sua história literária.

Partindo de um conceito, estabelecido por Lenin, que questiona a idéia da "unidade cultural" em sociedades divididas em classes e que procura ainda definir a existência de duas culturas nacionais: uma representante dos setores retrógrados da sociedade e outra de caráter progressista e revolucionária,² Astrojildo se propõe, à luz dessa dicotomia cultural, a "avaliar o verdadeiro sentido de cada obra e situar a posição real de cada autor".³

¹ Jean-Paul Sartre. *Que é a Literatura*. São Paulo: Ática, 1989, p. 20 e 21.

² Segundo Astrojildo, Lenin, ao se referir particularmente às nações capitalistas, escreveu que "em cada nação contemporânea há duas nações... Em cada cultura nacional há duas culturas nacionais". Astrojildo Pereira – *História da literatura brasileira* – manuscrito inédito – p. 1.

³ Id. *ibid.*

Desse modo, a sua preocupação imediata se direciona em torno de uma proposta de periodização que abarque a produção intelectual brasileira entre meados do século XVII até o fim da terceira década do século XX. Não é o objetivo central deste ensaio questionar os critérios usados em tal periodização que, segundo o próprio Astrojildo, representa "etapas ou fases importantes da nossa história".⁴ No entanto, é necessário considerar que o viés histórico ocupa um papel fundamental na divisão proposta pelo autor. Isso se mostra patente quando, no início do texto, ele escreve:

Não pude sequer ler ou reler certos autores dos mais importantes, valendo-me sobretudo de alguns historiadores e um pouco, também da minha memória, que aliás não é das melhores.⁵

Se, por um lado, essa afirmação de Astrojildo pode suscitar a existência de eventuais problemas ligados a condições materiais precárias para a elaboração do próprio texto, na medida em que ele se ancora também em sua memória, por outro, não só revela como, ao mesmo tempo, confirma que o autor tem nos historiadores e, conseqüentemente, na história um dos eixos fundantes de sua práxis historiográfico-literária.

Vencido esse percurso inicial, concentro-me no objetivo primeiro deste ensaio, ou seja, a análise do seguinte fragmento que se encontra no terceiro momento literário da história de Astrojildo Pereira – "Lutas pela Independência até o fim da regência" – e que se refere à influência da Revolução Francesa no processo de questionamento da ordem escravocrata no Brasil:

A influência da Revolução Francesa, escreve Astrojildo, entre os intelectuais levou alguns destes a encarar, pela primeira vez, o problema da escravidão negra. Partiu de um padre baiano, no fim do século XVIII, o primeiro brado de um brasileiro de cor branca contra a escravidão. Temos uma prova de que a luta contra a escravidão crescia no fato de um bispo reacionário como Azeredo Coutinho ter publicado um opúsculo, em 1808, para "justificar" a dupla escravidão dos índios e dos negros, e isto, conforme João Ribeiro, "como oposição à senha dos novos filósofos".⁶

A leitura deste trecho sugeriu-me, de imediato, uma estranha sensação: uma mistura de curiosidade e dúvida. Há de se convir que não deixa de ser no mínimo curioso, ou talvez até inquietante, quando um texto, de nítido viés ideológico, estabelece uma relação direta entre a influência da Revolução Francesa – a mais paradigmática das revoluções – e a ação de um "padre baiano" que nos confins do século XVIII condena a escravidão, sem, no entanto, identificar o autor de tal proeza ou mesmo informar onde e quando tal condenação foi expressa.

Pois bem, este será o nó principal que este ensaio se propõe a tentar desfazer, buscando rastrear alguns indícios a partir do próprio manuscrito com o único intuito de desvendar a identidade desse personagem oculto nas entrelinhas dessa história literária.

Num primeiro momento, valeria a pena – de modo a se esboçar uma contraponto à figura enigmática do nosso "padre baiano" – fixar o olhar em torno do "bispo reacionário", como quer Astrojildo, Azeredo Coutinho. É interessante notar que o bispo – aliás, o último inquisidor de Portugal e do Brasil – assumiu a tarefa de legitimar a escravidão negra, diante das pressões oriundas de "novos e subversivos" pensamentos que causavam arrepios nos sistemas e, sobretudo, nos pescoços absolutistas. Como afirma Astrojildo, o bispo escreve um opúsculo,⁷ em 1808, justificando a dupla escravidão dos negros e dos índios. Na verdade, tal obra visava reforçar as posições de um tratado anterior⁸ mais amplo e publicado em segunda edição, também em 1808, onde além da questão dos negros, Azeredo Coutinho defendia a necessidade da manutenção do Estado Absolutista.⁹

Essa preocupação inicial dispensada ao "bispo reacionário" se mostra necessária na medida em que fornece um "pista" que pode ser útil na tentativa de desvelamento da identidade do nosso "padre baiano". Esse indício revelador é a fonte de pesquisa usada por Astrojildo Pereira para ca-

⁴ A divisão proposta por Astrojildo é a seguinte: 1) segunda metade do século XVII; 2) segunda metade do século XVIII (*Inconfidência Mineira*); 3) lutas pela independência até o fim da regência; 4) Romantismo 1840-1870; 5) Escola do Recife, propaganda republicana, abolicionismo, 1870-1889; 6) proclamação da república, reação espiritualista na filosofia e na poesia, começo do século XX até 1914; 7) primeira Guerra Mundial até 1930. Explicando a ausência de alguns momentos histórico-literários ele escreve: *Deixo de lado o século e meio anterior à segunda metade do século XVII: nada apresentam os 150 anos posteriores à descoberta que nos possa interessar diretamente; deixo também de lado toda a primeira metade do século XVIII, cuja importância é a bem dizer muito reduzida; e não vou além de 1930, por escapar isso ao plano previamente traçado dos nossos trabalhos.* Astrojildo Pereira, p. 2.

⁵ Id. *ibid.*

⁶ Id. *ibid.*

⁷ Concordância das leis de Portugal, e das Bulas Pontificais, das quais umas permitem a escravidão dos pretos d'África, e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil – Lisboa, 1808.

⁸ *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África.* Paris, 1 edição em francês, 1792 / Lisboa, 2 edição em português, 1808.

⁹ Como afirma Sérgio Buarque, Azeredo Coutinho acreditava, ao questionar "demandas" que colocavam em jogo a possibilidade do próprio escravo fazer acusações ou dar queixas contra o senhor, que "tais extremos" deveriam ser evitados, uma vez que não levariam à verdade e nem a outro fim que não seja "uma sublevação geral e a total ruína do Estado". É nessa direção que aponta Azeredo Coutinho, quando escreve: "Eu não duvido a de que este seja o verdadeiro fim dos revolucionários [destruição do Estado Absolutista], que tanto se jactam de amigos dos negros debaixo da capa da humanidade, sem que jamais tivessem nem talvez esperem ter com eles alguma correlação, mas por isso mesmo é que tenho trabalhado tanto para desmascará-los". apud Sérgio Buarque de Hollanda – "Apresentação" In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho.* São Paulo: Nacional, 1966. p. 51 e 52.

racterizar o intuito do livro de Azeredo Coutinho, ou seja, a *História do Brasil*, de João Ribeiro.¹⁰

Como já foi mencionado anteriormente, a história literária do escritor comunista tem nos historiadores um de seus eixos fundantes. Sendo assim, o livro de João Ribeiro foi o ponto de partida onde, para minha surpresa, deparei-me com o seguinte trecho no capítulo referente à escravidão negra:

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia. Se os negros não tiveram como os índios, em favor deles, a voz onipotente da igreja, tiveram ao menos o espírito cristão e a caridade própria de nossa raça. Não foram entretanto raras as vozes dos bispos e dos padres jesuítas em favor da raça maldita. Já no século XVII Vieira condena a escravidão dos negros e repara do pulpito que em outras terras o homem comercia, semeia e colhe, as mulheres fiam, e aqui o comércio é de carne, que os homens geram e as mulheres amamentam. "Comércio desumano e diabólico". O padre Manoel Ribeiro da Rocha escrevia [...] que – todo o comércio da Angola, Guiné e Cafraria era ilegal e deveria ser condenado como pecado mortal contra a caridade e justiça universal. – E ajuntava esse *nosso primeiro abolicionista*, que cinco anos de servidão deviam bastar para reintegrar esses prisioneiros negros na liberdade.¹¹

Ao ler essa passagem em que João Ribeiro se refere ao padre Manoel Ribeiro da Rocha como o "nosso primeiro abolicionista", veio-me à mente – de maneira inevitável – o trecho em que Astrojildo Pereira diz ter sido do "padre baiano" o *primeiro brado de um brasileiro de cor branca contra a escravidão*.

A partir da similitude entre os dois fragmentos, concentrei esforços no sentido de apurar algumas informações a respeito do padre Manoel Ribeiro da Rocha. Pude levantar entre outras coisas que o mesmo viveu no século XVIII, na cidade de Salvador e que escreveu um livro – *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado* – que durante a campanha abolicionista ganhou um lugar de destaque, tendo sido, inclusive, lido como um dos precursores do abolicionismo no Brasil.¹²

¹⁰ Numa nota de pé de página, escreve João Ribeiro: *Ao fundar o século XVIII ainda não repercutiu no Brasil a voz emancipacionista que já trevoja nos países cultos da Europa. Ao contrário, mesmo em 1808, num opúsculo, o bispo Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho justifica a dupla escravidão dos índios e dos negros, como oposição à senha dos novos filósofos*. João Ribeiro. *História do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. p. 252.

¹¹ João Ribeiro. *História do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. p. 249 e 250.

¹² Segundo a historiadora Sílvia Lara, a obra do padre Manoel Ribeiro Rocha afirma que *um dos meios de trazer o comércio e a posse de escravos ao campo da justiça e da humanidade cristã era fazer com que os africanos fossem comercializados e possuídos por via e título de redenção. Ou seja: depois de terem trabalhado durante certo tempo ou amalhado certo valor, os escr-*

Insinuada essa aproximação entre o padre Manoel Ribeiro da Rocha e o "padre baiano", não me parece absurdo pensar na hipótese de um ser o outro. No entanto, caso tal hipótese se confirme, há ainda uma pergunta por responder: por que Astrojildo não nomeou o "padre baiano" em sua história literária?

Mesmo ciente do risco do nosso "padre baiano" ser eventualmente outra pessoa, eu arriscaria uma resposta para a omissão do nome, baseando-me em duas informações sobre o padre Manoel Ribeiro da Rocha que, de propósito, ocultei até agora: a primeira, é que ele, na verdade, é de nacionalidade portuguesa, tendo nascido em Lisboa em 1687 e falecido na Bahia em 1745; e a segunda, é que seu livro foi publicado em 1753.

Se voltarmos ao fragmento da história literária de Astrojildo, percebe-se que o mesmo credita "o primeiro brado contra a escravidão" dado pelo "padre baiano" a uma influência direta da Revolução Francesa. Ora, não seria impróprio pensar que ao não nomear o padre Manoel Ribeiro da Rocha, Astrojildo, na realidade, poderia ter tentado omitir, de um lado, o fato do "padre baiano" ser português e não brasileiro, salvaguardando com isso a brasilidade do seu argumento que diz ser este o "primeiro brado de um brasileiro"; e, de outro, o fato do livro de Ribeiro Rocha ter sido escrito 36 anos antes da Revolução. Desse modo e intencionalmente, Astrojildo estaria forjando uma suposta influência da Revolução Francesa na elaboração do livro e no conseqüente questionamento da ordem escravocrata.¹³ Tudo isso em nome de um viés ideológico mais condizente com as expectativas que um texto deve criar, quando este se quer, acima de tudo, engajado.

O "sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da sociedade e da condição humana" – como disse Sartre – talvez possa legitimar essa possível omissão de Astrojildo. Uma vez que, enquanto dado atenuante, essa história literária foi escrita sobre o signo de valores delineados por injeções históricas definidas, ou seja, a influência dominadora do fantasma

vos poderiam e deveriam ser devolvidos à liberdade mediante o pagamento ou compensação de seu resgate. Sílvia Lara. "Dilemas de um letrado setecentista" In: *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Nº 21, IFCH, UNICAMP. p. 6.

¹³ A despeito do caráter de "vanguarda" que o livro do Padre Manoel Ribeiro da Rocha despertou nos abolicionistas, há interpretações que procuram vê-lo de outro ângulo: *Embora tenha contestado – observa Sílvia Lara – o estatuto legal da posse dos escravos (segundo ele não havia como justificar o jus domini sobre os cativos mas somente o jus pignoris – o direito de penhor e retenção), este autor admitia a escravidão e procurava adequá-la aos ditames da justiça e da humanidade cristã. Ainda assim, quer por título de permuta, compra ou aquisição de domínio, que "por via de retenção" (por direito de penhor e retenção até o resgate), as obrigações do senhor para com seus cativos não se alteravam*. Sílvia Lara. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 46 e 47.

institucional do Partido Comunista.¹⁴ No entanto, mesmo levando esse dado em conta, caberia ainda uma outra indagação: na hipótese dessa leitura do fragmento se confirmar, esse "forjar" de Astrojildo não seria um obstáculo que poderia, se não inviabilizar de todo, ao menos, comprometer a própria credibilidade de um projeto histórico-literário de esquerda assentado nesses moldes?

Acrescente-se, por fim, a essa questão um dado que não pode ser, de maneira alguma, desprezado: a possibilidade de que o padre Manoel Ribeiro da Rocha não seja de fato o "padre baiano" de Astrojildo. Sendo assim, fica-nos, apesar das evidências apontadas, também a possibilidade da dúvida ou, se quiserem, uma estranha sensação de incompleta verdade.

¹⁴ Essa influência se torna clara se pontuarmos, por exemplo, o caráter compromissado que permeia alguns trechos da "Apresentação" que abre o primeiro número da revista *Literatura*, publicação ligada ao Partido Comunista e dirigida pelo próprio Astrojildo Pereira: *não somos nem pretendemos ser "neutros", "indiferentes", "impassíveis", diante da vida – por isso mesmo que consideramos "viver" sinônimo de "participar". Literatura, no entanto, não é uma revista sectária. Seu objetivo específico – isto é, sua maneira específica de participar – consiste em servir com amor à cultura brasileira, ao povo brasileiro, servir, muito naturalmente, pelos meios adequados a uma publicação deste gênero. (...) Vivemos numa época extraordinária, que se caracteriza pela participação, na vida política, de camadas cada vez mais amplas do povo. (...) Os homens de ciência, os pensadores, os artistas, os poetas, os escritores em geral não podem fugir ao influxo poderoso dos acontecimentos em curso, e é certo que muitos já estão compreendendo a necessidade de tomar posição ao lado do povo e contribuir, com o seu saber, a sua arte e a sua experiência, para a obra de elevação do nível cultural das massas. Literatura – Ano I, Setembro de 1946, Nº 01.*